

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Maio de 2023 - Nº 824

SINDICATO ORIENTA VOTO EM EDUARDO NUNES PARA O CA DA CAIXA



Começou na sexta-feira (5) e segue até quarta-feira (10) a votação do segundo turno da eleição para a definição da representação das empregadas e empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a maioria das entidades de representação e associativas das empregadas e empregados da Caixa orientam voto no candidato Eduardo Nunes.

“Com a participação de todos, vamos ajudar a reconstruir uma Caixa Econômica Federal que se importe verdadeiramente com suas empregadas e empregados e com a consolidação de um país democrático, que garanta oportunidades para toda a população”, afirmou Eduardo Nunes.

Porque votar no Edu

“O Edu é um cara que está na base. Que acompanha e sabe quais são os problemas vivenciados pelas empregadas e empregados no dia a dia das unidades da Caixa. Além disso, já

atuou como delegado sindical e é próximo das entidades de representação dos trabalhadores. Conhece os caminhos que devem ser percorridos para que estes problemas cheguem ao conhecimento da direção do banco e haja solução”, afirmou o empregado da Caixa e dirigente da Contraf-CUT, Rafael de Castro. “É o melhor candidato para nos representar no CA, por isso, cada empregada e cada empregado deve falar com pelo menos um colega de sua unidade e pedir voto para o Edu”, completou.

“Não medimos esforços para contribuir com a eleição do Edu, pois ele é o melhor candidato para o conjunto dos empregados”, afirmou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Como votar

Como no primeiro turno, a votação é realizada, exclusivamente, por meio eletrônico. Basta acessar <https://eleicaoca.caixa.gov.br>, entrar com a matrícula e senha pessoal, localizar o número e nome do **Edu (2023/0001 – Eduardo Medrado Nunes)** e clicar no quadradinho.

Empregados e empregadas que possuam cadastro nos aplicativos FGTS, Loterias Online, Saúde Caixa Mobile ou Sou Caixa Web, podem entrar com CPF e a senha desses aplicativos.

Caso seja o primeiro acesso, o empregado deverá cadastrar-se utilizando CPF, data de nascimento, e-mail válido e senha numérica de seis dígitos.

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

MOVIMENTO SINDICAL DEFINE COM BB AGENDA PARA MESAS DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE



A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e a representantes da direção do BB se reuniram na quinta-feira (4), em Brasília, para definir as datas das mesas permanentes. Entre os temas com datas já definidas estão o combate ao assédio, resolução de questões relacionadas à Plataforma de Suporte Operacional (PSO), Centrais de Relacionamento do Banco do Brasil (CRBB), programa Performa e promoção da igualdade de oportunidade dentro da empresa.

“O banco está com um discurso novo, até por conta da nova presidência que vem se mostrando aberta às pautas dos trabalhadores, como por exemplo não aceitar mais o assédio. É importante, agora, que essa mudança da direção se reflita na base”, apontou a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) na CEBB, Fernanda Lopes.

A reunião determinou as seguintes datas, relacionadas às mesas permanentes temáticas:

30/05 – Combate ao assédio e avaliação da Gestão de Desenvolvimento por Competências (GDP);

21/06 – Caixas e demais comissionados estão no sistema da Plataforma de Suporte Operacional (PSO);

12/07 – Centrais de Relacionamento do Banco do Brasil (CRBB);

20/07 – Promoção da Diversidade/Igualdade de Oportunidade;

11/09 – Plano de Cargos e Salários e Programa Performa;

28/09 – Caixa de Assistência dos funcionários do Banco do Brasil (Cassi).

Revisão da Tabela PIP

Os representantes dos trabalhadores também cobraram da direção do banco a entrega da revisão da tabela de Pontuação Individual do Participante (PIP), sistema de cálculos usados na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que permite aos trabalhadores do BB,

associados ao plano Previ Futuro, somarem mais recursos à aposentadoria.

“A revisão da PIP é uma antiga reivindicação dos trabalhadores, porque impacta no saldo final da sua aposentadoria. Uma das conquistas assinadas no último Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do BB foi justamente a revisão desse critério de pontuação. Mas, até agora, não houve mudança alguma”, observou o representante da Federação dos Bancários no Estado de São Paulo (Fetec-SP) na CEBB, Getúlio Maciel.

Bancos incorporados

Também foi colocada na mesa as reivindicações das funcionárias e funcionários dos bancos incorporados, sobre acesso igual aos serviços da Cassi e da Previ. “Ficou definida nesta reunião a criação de um grupo de trabalho para alcançar uma resolução dos problemas do Economus e dos trabalhadores egressos dos bancos incorporados”, destacou Fernanda Lopes, lembrando que, nos últimos anos, a situação dos funcionários incorporados se agravou, sobretudo no que se refere ao plano de saúde dos aposentados, com reajustes nas revisões trimestrais de custeio do FEAS e Economus Futuro.

Teletrabalho

Na sexta (5), o BB divulgou nota sobre expansão do Trabalho Remoto Institucional (TRI), ou teletrabalho, em caráter de teste para as redes Varejo, Atacado e Setor Público. “O banco informou que a expectativa é que, até o fim de maio, 2,4 mil funcionários da rede estejam aptos a trabalhar remotamente de forma híbrida”, explicou Fernanda Lopes. “Esta é mais uma pauta do movimento sindical. Como temos apresentado em todas as mesas de negociação, a demanda pelo teletrabalho é grande nas áreas meio, especialmente nos escritórios, e existe estrutura tecnológica e espaço para o banco avançar nesta implementação”, completou.

Na nota, o BB destacou que a adesão das áreas, “em caráter de teste” para a implementação do teletrabalho, “dependerá do tipo de unidade das atividades realizadas, do atendimento de requisitos pelos funcionários e da disponibilidade de equipamentos”. Entre as unidades pilotos, anunciadas pelo banco, estão CRBBs, Escritórios Corporate, Escritórios Exclusivo, Escritório Leve, Escritórios Setor Público, Agência assessoria em investimento, SAC e Superintendências.

CÂMARA APROVA PL DE IGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES



A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (4) o Projeto de Lei 1085/23, que garante o pagamento de salários iguais para homens e mulheres que exercem a mesma função. “A lei valerá para todos os funcionários que trabalham pelo modelo de contrato CLT. As empresas que têm mais de 100 funcionários serão obrigadas a divulgar um relatório de transparência, que será a principal forma de fiscalizar o cumprimento da lei. Outras ferramentas de fiscalização que já existem continuam e são importantes, em especial os sindicatos, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho”, explicou a advogada e assessora jurídica da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Phamela Godoy.

O PL 1085/23, baseado no parecer da relatora, deputada Jack Rocha (PT/ES), mas de iniciativa do governo Lula, foi aprovado na Câmara por 325

votos favoráveis e apenas 36 contrários. Agora, o projeto de lei seguirá para o Senado, onde ganhará um novo número de tramitação. Se for aprovado, seguirá à sanção presidencial.

Dos 36 votos contrários 10 foram de mulheres;

Confira a lista de mulheres contrárias à igualdade salarial

São elas:

Adriana Ventura (Novo-SP)

Any Ortiz (Cidadania-RS)

Bia Kicis (PL-DF),

Carla Zambelli (PL-SP),

Caroline de Toni (PL-SC),

Chris Tonietto (PL-RJ),

Dani Cunha (União-RJ),

Julia Zanatta (PL-SC),

Rosângela Moro (União-SP) e,

Silvia Waiãpi (PL-AP)

Apesar de representar 44% do total da força de trabalho do país, as mulheres são maioria entre os desempregados (55,5%). Elas ainda recebem, em média, 21% menos que os homens (o equivalente a R\$ 2.305 para elas e a R\$ 2.909 para eles). Esses são alguns destaques do Boletim Especial “8 de março, Dia da Mulher”, divulgado em março pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o 3º trimestre de 2022.

Fiscalização e regras

Mesmo com aprovação do PL no Senado, a fiscalização contra discriminação salarial e remuneratória entre homens e mulheres será protocolado pelo Poder Executivo.

Além das diferenças salariais, haverá multa administrativa para o empregador em caso de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, além das diferenças salariais, que equivalerá a dez vezes o valor do novo salário devido ao empregado discriminado e será o dobro em caso de reincidência na discriminação. A quitação tanto das multas quanto das diferenças salariais também não impedirão a possibilidade de indenização por danos morais à pessoa prejudicada.

HUMOR

Joãozinho apronta mais uma

O filho discutia com o pai, insistindo e teimando que 1+1 são 11.

O pai disse:

- Vá até a sorveteria e compre dois picolés.

O filho voltou com os dois picolés e o pai disse:

- Agora me dê 1 e dê o outro para o seu irmão.

Chateado, o filho perguntou:

- E o meu?

O pai responde:

- Fique com os 9 que sobraram.

PLR

GOVERNO QUER ISENTAR PLR DO IMPOSTO DE RENDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou no Dia do Trabalhador (1º de Maio), que seu governo estuda conceder uma isenção da cobrança de imposto de renda sobre a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de todos os empregados. O anúncio foi feito em sua participação na celebração do 1º de Maio, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Caso se concretize, a medida beneficiará várias categorias de trabalhadores, inclusive a bancária, e é uma antiga reivindicação do movimento sindical.

Mídia Contra

A proposta já começa a sofrer campanha contrária dos mercados e da mídia. A XP estima um impacto de R\$4 bilhões na perda de arrecadação, segundo publicou O Globo. Mas a equipe econômica do governo promete fazer um corte de R\$150 bi nos privilégios fiscais de empresas, os chamados “jabutis tributários”, que não possuem nenhuma contrapartida social e nem compromisso com a geração de empregos.

A legislação atual prevê a isenção para valores de até **R\$ 6.677,55** por ano e tributação de **7,5%** a **27,5%** para valores acima dessa faixa.

Sugestão dos sindicatos

Lula afirmou que a medida pode ser concretizada já no próximo ano, a pedido dos sindicatos.

“Os trabalhadores se preparem, porque a pedido das centrais sindicais, nós começamos a estudar: se o patrão não paga imposto de renda sobre o lucro, se o patrão não paga imposto de renda sobre os dividendos que ele recebe, por que os trabalhadores têm que pagar imposto na PLR?”, questionou o presidente, que iniciou sua vida política no movimento sindical.

“Nós estamos estudando, quem sabe para o próximo ano. Da mesma forma que um patrão que ganha milhões não paga sobre o lucro, o trabalhador não pode pagar imposto de renda sobre a participação dele no lucro da empresa”, defendeu o presidente.

Medida justa

A isenção de IR na participação nos lucros é

uma reivindicação histórica dos bancários.

“Esta é uma antiga reivindicação da nossa categoria e da classe trabalhadora. Não é justo que investidores, banqueiros e especuladores não paguem impostos nos lucros e dividendos e o empregado seja taxado no Imposto de Renda em sua PLR”, destacou o presidente do Sindicato Edmilson Trevizan, que sugeriu uma campanha nacional em prol da medida. O presidente acha, porém, que o fato de o governo querer isentar a participação nos lucros dos trabalhadores não significa que o país não deva discutir a taxação dos lucros e dividendos, grandes heranças e grandes fortunas, praticados em todas as nações desenvolvidas do mundo.

Isenção ampliada

Outra boa notícia é o anúncio da correção do Imposto de Renda, que não acontece há seis anos (dois anos do governo Temer e quatro de Bolsonaro), o que levou o trabalhador brasileiro de classe média a pagar mais imposto na fonte. Lula também anunciou a decisão do governo de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física, que passa de R\$1.903 para R\$2.640. Esta mudança é o começo da realização de uma promessa de campanha feita nas eleições de 2022, que é a de ampliar a faixa de isenção para R\$5 mil até o final do atual mandato.

“Essa é a diferença de um governo que dialoga com os sindicatos e os trabalhadores de governos que tomavam decisões de cima para baixo com o único intuito de achataram salários e tirar direitos trabalhistas e previdenciários”, declarou Edmilson.

